



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 6.075-A, DE 2013

(Do Sr. Guilherme Campos)

Garante às crianças e adolescentes a realização pelo Sistema Único de Saúde - SUS de cirurgia reparadora de otoplastia; tendo parecer da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, pela aprovação deste e do de nº 8207/14, apensado, com substitutivo (relator: DEP. ALLAN GARCÊS).

NOVO DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA;

SAÚDE;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54, RICD); E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Projeto apensado: 8207/14

III - Na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família:

- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

PROJETO DE LEI Nº , DE 2013
(Do Sr. GUILHERME CAMPOS)

Garante às crianças e adolescentes a realização pelo Sistema Único de Saúde – SUS de cirurgia reparadora de otoplastia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei obriga o Sistema Único de Saúde - SUS a realizar cirurgias reparadoras em crianças e adolescentes portadores de orelhas proeminentes.

Art. 2º As crianças e adolescentes portadores de orelhas proeminentes terão direito à realização de cirurgias reparadoras pelo Sistema Único de Saúde, quando atestada sua necessidade por médico devidamente habilitado.

Art. 3º A solicitação de realização de cirurgia reparadora será feita pelos pais ou responsável pela criança ou adolescente e, na falta destes, pelo órgão do Ministério Público ou pelo Conselho Tutelar.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente o Sistema único de Saúde - SUS não cobre o procedimento da Otoplastia, por considerá-la de caráter meramente estético. Segundo o especialista o Dr. Marcelo Assis, o portador de orelhas proeminentes, conhecida como “orelha de abano”, atinge de 2% a 5 % da população.

O Sistema único de Saúde não cobre o procedimento e o custo de uma operação particular é oneroso, em valores inacessíveis para a maioria da população brasileira.

PROJETO DE LEI N.º 8.207, DE 2014

(Do Sr. Paulo Magalhães)

Garante às crianças e adolescentes a realização pelo Sistema Único de Saúde - SUS de cirurgia reparadora de otoplastia.

DESPACHO:
APENSE-SE AO PL-6075/2013.



CAMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2014 (Do Sr. PAULO MAGALHÃES)

Garante às crianças e adolescentes a realização pelo Sistema Único de Saúde – SUS de cirurgia reparadora de otoplastia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei obriga o Sistema Único de Saúde - SUS a realizar cirurgias reparadoras em crianças e adolescentes portadores de orelhas proeminentes.

Art. 2º As crianças e adolescentes portadores de orelhas proeminentes terão direito à realização de cirurgias reparadoras pelo Sistema Único de Saúde, quando atestada sua necessidade por médico devidamente habilitado.

Art. 3º A solicitação de realização de cirurgia reparadora será feita pelos pais ou responsável pela criança ou adolescente e, na falta destes, pelo órgão do Ministério Público ou pelo Conselho Tutelar.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Em homenagem ao nobre Deputado Guilherme Campos, por entender a importância do mérito da proposta em questão, peço vênias para apresentar este projeto de lei, que tem por objetivo garantir às crianças e adolescentes a realização pelo Sistema Único de Saúde – SUS, de cirurgia reparadora de otoplastia.



CAMARA DOS DEPUTADOS

Atualmente o Sistema único de Saúde - SUS não cobre o procedimento da Otoplastia, por considerá-la de caráter meramente estético. Segundo o especialista o Dr. Marcelo Assis, o portador de orelhas proeminentes, conhecida como “orelha de abano”, atinge de 2% a 5 % da população.

O Sistema único de Saúde não cobre o procedimento e o custo de uma operação particular é oneroso, em valores inacessíveis para a maioria da população brasileira.

O CID 10 – Código Internacional de Doenças classifica a orelha proeminente no código Q 17.5 considerando como uma patologia oficial.

A otoplastia na verdade é uma cirurgia reparadora, pois muitas crianças e adolescentes sofrem *bullying* na escola causando consequências psicológicas irreparáveis.

O presente projeto em tela, visar sanar essa lacuna do Sistema Único de Saúde – SUS garantindo as crianças e adolescentes o acesso a cirurgia reparadora da orelha proeminente.

Ante ao exposto, e na certeza de que os pontos aqui tratados buscam proteger as crianças e adolescentes, contamos com o apoio de nossos nobres pares para aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2014.

PAULO MAGALHÃES
Deputado Federal - PSD/BA



**COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA,
ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA.**

**PROJETO DE LEI Nº 6.075, DE 2013.
(APENSO: PL 8.207/2014)**

Garante às crianças e adolescentes a realização pelo Sistema Único de Saúde - SUS de cirurgia reparadora de otoplastia.

Autor: deputado GUILHERME CAMPOS –
(PSD/SP)

Relator: deputado ALLAN GARCÊS (PP/MA)

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em análise tem como objetivo obrigar o Sistema Único de Saúde - SUS a realizar cirurgias reparadoras em crianças e adolescentes portadores de orelhas proeminentes, quando atestada sua necessidade por médico devidamente habilitado, mediante solicitação feita pelos pais ou responsável pelo menor ou, na falta destes, pelo órgão do Ministério Público ou pelo Conselho Tutelar.

Tramita em apenso, o Projeto de Lei nº 8.207, de 2014, de autoria do nobre deputado Paulo Magalhães (PSD/BA), o qual possui redação idêntica à proposição principal.

O autor cita como justificativa para a proposição: “atualmente o Sistema único de Saúde - SUS não cobre o procedimento da Otoplastia, por considerá-la de caráter meramente estético. Segundo o especialista o Dr. Marcelo Assis, o portador de orelhas proeminentes, conhecida como “orelha de abano”, atinge de 2% a 5 % da população”.

Câmara dos Deputados, anexo IV, gabinete 558, Brasília-DF, Cep: 70.160-900
Fone: 61.3215-5558, e-mail: dep.dr.allangarcês@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS

A proposição tramita em regime ordinário (art. 151, III, RICD) e sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, inciso II, RICD). Foi distribuída ao relator em 13/08/2024, para a qual trago o meu parecer no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O presente Projeto de Lei foi distribuído para esta Comissão em razão do estabelecido no art. 32, XXIX, letras “h” e “i”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. De maneira que a proposição em análise atende ao disposto no Regimento Interno e, neste quesito, não merece reparo em sua estrutura textual ou de tramitação.

No mérito, a proposição tem como objetivo obrigar o Sistema Único de Saúde - SUS a realizar cirurgia reparadora (otoplastia) em crianças e adolescentes portadores de orelhas proeminentes, quando atestada sua necessidade por médico devidamente habilitado, mediante solicitação feita pelos pais ou responsável pelo menor ou, na falta destes, pelo órgão do Ministério Público ou pelo Conselho Tutelar.

Com efeito, a otoplastia é uma cirurgia para a correção de orelhas proeminentes, também conhecida como a cirurgia de orelha de abano. Trata-se de procedimento realizado a fim de melhorar o formato e posicionamento das orelhas deixando-as simétricas e proporcionais ao rosto.

Apesar de não acarretar em nenhum problema fisiológico para as crianças, a condição, quando muito acentuada, pode incomodar no convívio social, principalmente durante a fase de crescimento e de desenvolvimento das interações sociais. Em muitos casos, crianças e adolescentes sofrem *bullying* na escola causando consequências psicológicas irreparáveis.

Câmara dos Deputados, anexo IV, gabinete 558, Brasília-DF, Cep: 70.160-900
Fone: 61.3215-5558, e-mail: dep.dr.allangarcês@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Segundo informação trazida na própria justificativa do projeto de lei, a população atingida é significativa e merece um tratamento jurídico desta Casa: “atualmente o Sistema único de Saúde - SUS não cobre o procedimento da Otoplastia, por considerá-la de caráter meramente estético. Segundo o especialista o Dr. Marcelo Assis, o portador de orelhas proeminentes, conhecida como “orelha de abano”, atinge de 2% a 5 % da população”.

Evidentemente que o Sistema Único de Saúde tem por norma não realizar procedimentos de cirurgia plástica estética, contudo, dado o baixo custo do procedimento, que não requer internação, e o grande impacto positivo na autoestima e na personalidade do indivíduo, a medida nos parece acertada e merece ser aprovada.

Isso posto, votamos, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 6.075, de 2013, e de seu apenso, n.º 8.207, de 2014, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 15 de agosto de 2024.

Deputado ALLAN GARCÊS
Relator

**COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA,
ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA**

Câmara dos Deputados, anexo IV, gabinete 558, Brasília-DF, Cep: 70.160-900

Fone: 61.3215-5558, e-mail: dep.dr.allangarcês@camara.leg.br





SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 6.075, DE 2013.
(APENSO: PL 8.207/2014)

Garante às crianças e adolescentes a realização pelo Sistema Único de Saúde - SUS de cirurgia reparadora de otoplastia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei obriga o Sistema Único de Saúde - SUS a realizar cirurgias reparadoras em crianças e adolescentes portadores de orelhas proeminentes.

Parágrafo único. A obrigação prevista no “caput” deste artigo estende-se às unidades de saúde privadas e entidades filantrópicas conveniadas ao Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º As crianças e adolescentes portadores de orelhas proeminentes terão direito à realização de cirurgias reparadoras pelo Sistema Único de Saúde, quando atestada sua necessidade por médico devidamente habilitado.

Art. 3º A solicitação de realização de cirurgia reparadora será feita pelos pais ou responsável pela criança ou adolescente e, na falta destes, pelo órgão do Ministério Público ou pelo Conselho Tutelar local.

Art. 4º As despesas a serem programadas com a execução das ações previstas nesta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias disponibilizadas pela União ao Sistema Único de Saúde (SUS), observada a programação orçamentária e financeira anual.

Câmara dos Deputados, anexo IV, gabinete 558, Brasília-DF, Cep: 70.160-900
Fone: 61.3215-5558, e-mail: dep.dr.allangarcés@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Comissões, 15 de agosto de 2024.

Deputado Dr. Allan Garcês

(PP-MA)



Câmara dos Deputados, anexo IV, gabinete 558, Brasília-DF, Cep: 70.160-900
Fone: 61.3215-5558, e-mail: dep.dr.allangarcès@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA,
ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA**

PROJETO DE LEI Nº 6.075, DE 2013

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do PL 6075/2013 e do PL 8207/2014, apensado, com substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Allan Garcês.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Pastor Eurico - Presidente, Filipe Martins - Vice-Presidente, Amanda Gentil, Detinha, Jeferson Rodrigues, Laura Carneiro, Lincoln Portela, Pastor Diniz, Pastor Sargento Isidório, Allan Garcês, Cristiane Lopes, Dayany Bittencourt, Eli Borges, Ely Santos, Erika Kokay, Flávia Moraes, Julia Zanatta, Meire Serafim, Sâmia Bomfim e Sargento Gonçalves.

Sala da Comissão, em 19 de novembro de 2024.

Deputado PASTOR EURICO
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA,
ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA**

SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 6.075, DE 2013
(Apensado: PL 8.207/2014)

Garante às crianças e adolescentes a
realização pelo Sistema Único de Saúde -
SUS de cirurgia reparadora de otoplastia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei obriga o Sistema Único de Saúde - SUS a
realizar cirurgias reparadoras em crianças e adolescentes portadores de
orelhas proeminentes.

Parágrafo único. A obrigação prevista no “caput” deste artigo
estende-se às unidades de saúde privadas e entidades filantrópicas
conveniadas ao Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º As crianças e adolescentes portadores de orelhas
proeminentes terão direito à realização de cirurgias reparadoras pelo Sistema
Único de Saúde, quando atestada sua necessidade por médico devidamente
habilitado.

Art. 3º A solicitação de realização de cirurgia reparadora será
feita pelos pais ou responsável pela criança ou adolescente e, na falta destes,
pelo órgão do Ministério Público ou pelo Conselho Tutelar local.

Art. 4º As despesas a serem programadas com a execução das





CÂMARA DOS DEPUTADOS

ações previstas nesta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias disponibilizadas pela União ao Sistema Único de Saúde (SUS), observada a programação orçamentária e financeira anual.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 19 de novembro de 2024.

Deputado PASTOR EURICO
Presidente

